

Apresentação

A Revista Razão e Fé, em seu volume 19, número 2, vem a lume com o objetivo de contribuir para o diálogo interdisciplinar fomentado pela comunidade científica na área das Ciências Humanas, com vistas à formação humanística. Nesse sentido, enquanto um veículo de comunicação a serviço do Instituto Superior de Formação Humanística da UCPel, propicia, também, o debate entre fé e ciência.

A publicação resulta da contribuição de vários autores, oriundos de diversas instituições e está constituída majoritariamente por textos de Filosofia.

Édison Martinho da Silva Difante, em seu artigo A moral como propedêutica à religião: considerações acerca da realizabilidade da ideia do Sumo Bem na filosofia prática kantiana, busca demonstrar que a possível realização do sumo bem está necessariamente apoiada nos postulados da imortalidade da alma e da existência de Deus. O argumento kantiano de que a moral conduz à religião pode ser interpretado a partir da esperança de uma suposta felicidade que o indivíduo virtuoso (moral) tem o direito de possuir, e que somente Deus pode contemplar, enquanto fiador e suposto legislador moral de todos os homens.

Em seu artigo O ceticismo moral de Michael Ruse, Karen Giovana Videla da Cunha

Naidon entende que o apelo às explicações evolucionistas da moralidade conduziu muitos autores a negar, de alguma forma ou outra, a possibilidade do conhecimento moral, dentre os quais se encontra Michael Ruse. Este autor, porém, não é completamente claro sobre qual seria o elemento essencial, em sua concepção, para a exclusão da possibilidade de conhecimento moral: o fato de os requerimentos morais não poderem ser justificados, o fato de não serem verdadeiros ou mesmo ambos os fatos? Diante disso, a autora pretende, em seu trabalho, iniciar uma reflexão sobre qual seria a natureza precisa do ceticismo moral sustentado por Ruse.

O artigo intitulado A concepção aristotélica de verdade em De Interpretatione, escrito por Kariel Antonio Giarolo, tem como objetivo principal apresentar e reconstruir a concepção de verdade encontrada em De Interpretatione de Aristóteles. A tradição filosófica, na maioria dos casos, costuma assumir que Aristóteles possui uma concepção proposicional de verdade, segundo a qual, verdade poderia ser explicitada em termos da relação entre o conteúdo de uma proposição ou sentença e um estado de coisas no mundo. Essa interpretação, porém, não parece ser exatamente fiel ao texto aristotélico. Autores como Heidegger e comentadores de De Interpretatione, como Whitaker, defenderão que a concepção proposicional de verdade em Aristóteles é secundária. Verdade, antes de ser tomada em

um âmbito proposicional, deve ser concebida ontologicamente. Ela consiste na síntese/combinção (σύνθεσις) e divisão/separação (διαίρεσις), sendo estas características do mundo, as quais pensamentos e declarações representam verdadeira ou falsamente.

Marcela Fossati Otero, em seu artigo *A insuficiência do diálogo na contemporaneidade* objetiva trazer uma visão gadameriana do diálogo num contexto da utilização da tecnologia e sob a perspectiva da ética hermenêutica, buscando fornecer ao leitor uma análise que irá estimulá-lo a refletir sobre o assunto. A tecnologia influenciou o diálogo provocando uma incapacidade para o mesmo. Essa incapacidade não é natural para o homem, não é iminente, mas artificial ou culturalmente criada, o que significa que ela pode ser revertida, para dar origem à capacidade dialógica adequada. Mas esta incapacidade para o diálogo, como resultado de uma cultura desfigurante, sendo a educação monológica um dos seus principais aspectos, é também uma deficiência hermenêutica (de interpretação): a má interpretação do outro (e provavelmente de si mesmo). Assim, a análise do diálogo em hermenêutica inevitavelmente leva à consideração de quais sejam os problemas de interpretação que ocorrem na interação aparentemente comunicativa, mas que na verdade não é; a incapacidade de interpretação do outro é tanto psicológica quanto ética.

O artigo *Sobre uma sociedade justa na visão de Forst e a autossuficiência na pólis aristotélica*, de Marina Leal Barão, trata principalmente sobre o capítulo 5.1 da obra *Contextos de Justiça: filosofia política para além do liberalismo e comunitarismo*, de Rainer Forst e busca em um segundo momento fazer uma breve contraposição com o que Aristóteles compreende sobre a justiça e a autossuficiência na pólis. De acordo com Barão, Forst deixa claro que a ideia é formular uma posição mediadora entre o comunitarismo e o liberalismo. Para tanto, ele analisa os contextos da justiça sob uma perspectiva

teórico-moral. Os princípios de justiça devem ser justificados de modo imparcial e universal e ainda suprir as necessidades, os direitos e os valores daqueles indivíduos que sofrem as implicações de tais princípios.

Mateus Romanini, Reginaldo Teixeira Perez e Karen Thaisa Schmidt, em seu artigo *Bye, bye, free rider*. O papel do associativismo na solvência do dilema da ação coletiva, objetivam investigar a teoria que preside a lógica da ação coletiva e as associações. Os autores entendem que ações sociais são operações coletivas complexas – e não raro desafiam princípios democráticos. E teorizações elaboradas nas fronteiras da Sociologia e da Economia demonstram que os custos da participação individual nas ações coletivas – afora o emprego de incentivos seletivos, coerção ou de idiosincrasias individuais – são sempre elevados. Partindo-se desses pressupostos, empregando-se uma pesquisa bibliográfica básica e adotando a análise conceitual, além de apresentar sucintamente a teoria que orienta aquele argumento, os autores pretendem desfilar o seguinte postulado: as associações, independentemente de seu caráter, contribuem ao arrefecimento dos limites apresentados pela racionalidade individual egoística e autointeressada – e findam por mitigar o dilema da ação coletiva.

No artigo *A Identidade Narrativa em Paul Ricoeur e a relação com o lugar*, Maurício Ferreira da Silva objetiva refletir sobre alguns aspectos da vasta produção de Paul Ricoeur acerca de seu conceito de Identidade Narrativa, partindo de uma breve reflexão sobre as dimensões da ipseidade e da mesmidade, evidenciando a mediação narrativa como propiciadora da compreensão da identidade do si. O ato de narrar configura a história de uma vida. Silva entende que a relação entre a identidade narrativa, a narração de si mesmo e sua história de vida, com o lugar onde ocorrem estas relações sociais, em suas expressões naturais e culturais, compõe o espaço geográfico onde ocorrem as experiências humanas. Esta troca com o lugar abre

margem para a reflexão dos fatores externos que influenciam na identidade do sujeito, lugar este compreendido como o espaço geográfico em que se dão as relações dinâmicas de uma vida, tais como a rua, o bairro, o campo e os constituintes sociais e humanos deste meio.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Paulo Gilberto Gubert

Adriane da Silva Machado Möbbs

Instituto Superior de Formação Humanística

- UCPel